

ESTREIAS



Um momento da peça «O Render dos Heróis», ontem estreada no Império

IMPÉRIO. — Teatro Moderno de Lisboa: «O Render dos Heróis». — Mal havia expirado um mês de Janeiro em que o movimento teatral alcançara índices que supomos nunca atingidos antes — com a inauguração de uma sala de espectáculos, a estreia de uma mão cheia de peças de teatro declamado e musicado, uma tarde e uma noite com a visita do «teatro parisiense» e o simultâneo funcionamento de diversas companhias teatrais em vários palcos lisboetas —, logo o pano voltou a subir, na ampla sala da Alameda, desta feita para a estreia do primeiro original português do ano: a narrativa dramática «O Render dos Heróis», escrita por José Cardoso Pires (publicada em livro vai para quatro anos e pico) e originalmente concebida pelo autor «em três partes e uma apoteose grotesca».

O cometimento, a vários títulos ougado, pertenceu ao Teatro Moderno de Lisboa — sociedade artística que desde a temporada de 1961-1962 (e a despeito da interrupção registada na sua actividade na época passada) bons serviços prestou já à divulgação de representativas obras teatrais. E dizemos ousado pela natural dificuldade que sempre oferece a transplantação para o palco, em termos de espectáculo, de uma peça tratada com requintes literários de excepção, em que a acção serve objectivos simbólicos e cada figura procura transcender os limites humanos do simples indivíduo para se representar, afinal, como expressão de um conjunto (grupo ou classe, como quiserem); e em que a mutação dos quadros, quebrando amiúde a unidade da construção cénica, obrigaria a soluções nem sempre fáceis para que a fluência da representação pudesse ser convenientemente preservada. Acrescia ainda o elevado número de intervenientes exigido — espinho que não era de somenos no caso contemplado...

Cardoso Pires, escritor com talento e *métier* (qualidades nem sempre coincidentes nos homens de letras...), ao criar «O Render dos Heróis» na forma dramática por que veio a trazê-lo ao conhecimento do público, rubricou cada situação, cada figura, quase cada fala, com um pormenor que traduzia a preocupação em torná-las perfeitamente inteligíveis ao leitor. Com isso, se por um lado facilitava a tarefa de um possível, eventual futuro encenador, criava-lhe também uma sujeição quase temerosa, pela responsabilidade, pela exigência de uma adequação nem sempre possível da visão plástica do escritor às realidades práticas passíveis de obter num palco. Sujeição, responsabilidade e exigência que se reflectiriam, no mesmo ou semelhante grau, nos intérpretes, e que decorria também da imperiosa tarefa de não transgirem (aquele e estes) com os fáceis efeitos de aparência demagógica, identificando-se nela com a persistente recusa do autor em ceder perante tal e indesejável facilidade.

Tem de afirmar-se, no entanto, que a encenação, inteligente (ao denunciar, a um tempo, cultura e saber de ofício), soube ladear com *souplesse* notável todos aqueles escolhos, interpretando com argúcia as intenções da obra, de modo a recriá-la como espectáculo, dando-lhe uma unidade de representação que fica, sem dúvida, como a nota mais positiva

da contribuição oferecida à teatralização da narrativa dramática de Cardoso Pires.

O que se deixa apontado é elogio para Fernando Gusmão, que anteriormente tivera a seu cargo no T. M. L. a encenação de outra peça (de Miguel Mihura) bem menos espinhosa e que se não furto agora a incumbência bem mais árdua, que será justo entender e festejar como autêntica e bem satisfatória prova de doutoramento.

Conseguiu, paralelamente, Fernando Gusmão (ou conseguiram-nos os próprios actores) extrair eficiência igual da parte dos intérpretes? A interrogação ganha relevo; não porque estes, no conjunto, tenham ido mal, mas pelo que alguns deles possam ter ficado a dever às figuras que lhes foram entregues... E neste capítulo, e neste aspecto, indispensável parece abrir antecipada excepção para Rui de Carvalho, que «enche» o Cego, dando-lhe o conteúdo que a narrativa lhe atribuía, e tingindo-o de todos os mais expressivos tons que podiam surpreender-se na rubrica de cada uma das falas ou monices que lhe cabiam...

Não diminui nenhum outro, o sublinhar-se que Rui de Carvalho disse e representou a nível superior ao dos demais...

Não eram fáceis de defender as intervenções de Carmen Dolores na figura de Maria Ricarda Silveira; apesar disso, ou por isso, Carmen Dolores — comprovando um profissionalismo que por si só justificaria aplausos —, deu o relevo devido ao papel que lhe coube, e que assim ganhou a significação conveniente. De lastimar que a sua, como outras fundamentais falas gravadas, chegassem ao público em condições de não serem quase entendidas.

Rogério Paulo deu-nos um «desembargador Silveira» desigual — de cena para cena e, até, na mesma cena, traindo de quando em vez uma relativa juventude no dizer e nos gestos que se não coadunavam com os «sessenta anos, pelo largo» rubricadas à figura... José Amaro (reaparecimento simpático só por isso digno de nota), Maria Cristina, Fernanda Alves, Tomás de Macedo, Jaime Santos, Luís Cerqueira, Maria Schultze, Morais e Castro, António Sarmento e Rui Mendes — compuseram outros papéis, ora sublinhando-os em demasia, ou apagando-se com o que eles consentiam, mas sem deixarem de patentear homogeneidade muitas vezes digna de apreço. Se a Angela Ribeiro faltou «qualquer coisa» na representação de «Maria Angelina», Carlos Cabral, por seu turno, demonstrou acertado tempo de réplica na composição (auspiciosa!) do fiscal de impostos.

O trabalho de Octávio Clérigo (cenários e figurinos), corresponde à alta qualidade a que nos habituou já — e merece francos aplausos. Tal como a música de Carlos Paredes, que depois de valiosamente aproveitado no cinema («Verdes Anos»), veio agora enriquecer uma realização teatral.

A peça representada não corresponde — na totalidade, ao original escrito. Mas isso não a diminui. De desejar que o público não tráia as intenções de uma e outra — recusando-se a reter do que ouve e do que vê aquilo que circunstancialmente possa apresentar-se-lhe como meras pladas, que só o serão se retiradas ou isoladas, do contexto da obra. — M. F.